

A enfermeira a minissaia e a Madre Superiora: uma crônica de Belo Horizonte

Ana Luisa Moreira Silva, Sarah Campos Cardoso,
Sarah Saggiaro de Carvalho, Letícia Alves Martins,
Alexandre Guilherme de Miranda Azevedo Menezes e
Ethel Mizrahy Cuperschmid¹

Resumo

O presente artigo é um estudo de caso ocorrido em um dos hospitais da UFMG. A documentação encontra-se no Centro de Memória da Medicina e terá os nomes dos envolvidos preservados. Trata-se de um processo administrativo movido por uma funcionária do Hospital que foi agredida e humilhada por sua superior, uma irmã de caridade. O interessante desse processo são as entrelinhas dos depoimentos que nos permitem evidenciar luta de poder entre funcionários laicos e religiosos, além de preconceitos sociais e raciais. O que é mais assustador é que este fato ocorreu no final da década de 1960, anos considerados mais significativos no que tange a mudanças sociais, liberdade de expressão e comportamento.

Palavras-Chave: Trabalho, Gênero, Preconceito, relações de poder, estudo de caso.

Área Temática: História Econômica e Demografia Histórica

¹ Centro de Memória da Medicina da UFMG. Faculdade de Medicina UFMG.

Introdução

Na organização dos documentos do Hospital Universitário, pesquisadores se depararam com pasta contendo um processo na Justiça do Trabalho. Esta documentação encontra-se no Centro de Memória da Medicina e foi escolhida para estudo de caso por ser surpreendente e reveladora das relações de trabalho e força dentro da equipe de atendentes do hospital.

O Fato

EBC, mulher, solteira, negra, 18 anos. Trabalhava na instituição desde que havia sido lá internada para tratamento de saúde. Conforme o Inquérito:

A imagem mostra um formulário de registro de empregados de uma instituição chamada "INSTITUTO 'BORGES DA COSTA'". O formulário contém campos para dados pessoais e profissionais, como nome, idade, data de nascimento, nacionalidade, estado civil, data de admissão ao serviço, salário, categoria e ocupação habitual, forma de pagamento, grau de instrução e nome dos beneficiários. Há também campos para a assinatura do empregado e a data de registro. O formulário está preenchido com informações manuscritas.

Registro de Empregados-
"INSTITUTO BORGES DA COSTA"

A Reclamante, após um período de 8 (oito) meses para tratamento de saúde no Hospital supracitado, foi convidada, no dia 20 de outubro de 1966, para ali residir e em troca, prestar serviços na seção de Pediatria.

O inquérito deixa claro que EBC trabalhava em troca de comida e cama. Mesmo após o estabelecimento de contrato de trabalho, fato ocorrido apenas em 1º de abril de 1968, prossegue o Inquérito:

(...) a Reclamante prestou serviço, com a maior dedicação possível, sem folgas semanais e gozo de férias, inclusive em horário noturno, sem nada a receber além de habitação e alimentação.

Somente em fevereiro de 1969, quase 4 anos após ter entrado em serviço (escravo?) assinou seu contrato de trabalho. No mês seguinte, EBC começou a receber seu salário, correspondente a um salário mínimo. Entretanto, os descontos chegavam a 60%, a título de habitação e alimentação. Naquele período, conforme a lei, este desconto não poderia ultrapassar 53%.

De fato, nos papéis do processo, há anotações manuscritas, a lápis, da Irmã ASL com a lista de despesas de EBC:

- 1) 1 ano de admissão no Ginásio Cruz Vermelha, livros, roupas, etc. – 3 a 6 – 7 as 22.

- 2 Dentista – tratamento grande (Dr. HGRC) pago pela Irmã.
- 3) Companhia às crianças, em cuja enfermaria dormia.
- 4) Curso de Corte e Costura “Academia N.S. das Graças”.

É difícil entender o item 3. Se EBC trabalhava na pediatria do hospital, dormia lá, e ainda cuidava das crianças, ela ainda tinha que pagar para isso?

De acordo com EBC, ela foi contratada para exercer atividades de servente,

muito embora desempenhasse tarefas equivalentes as de Auxiliar de Enfermagem, uma vez que ministrava medicamentos, fazia curativos, cuidava da higiene pessoal e alimentação de crianças internadas para tratamento médico.

Trabalhava de maneira profissional, era educada e prestativa. Conforme seu próprio depoimento:

Sempre foi empregada dedicada, executando suas tarefas dentro dos padrões exigidos pela Reclamada, em conformidade com seus conhecimentos e capacidade.

Quanto ao horário das atividades no Hospital, após a assinatura do contrato de trabalho, EBC

passou a registrar entrada e saída em relógio de ponto, as 6 (seis) e 14 (quatorze) horas respectivamente, sem intervalo estabelecido para almoço e ainda continuando o desempenho de suas tarefas por outros períodos não registrados, indo além de 19 horas.

O cartão de ponto de EBC contém as seguintes informações:

- Nome:** EBC
- Cargo:** Servente
- Admitido em:** 7/11/68
- Matrícula:** 18
- Ano:** 1968

A grade de registro abrange os meses de Janeiro a Dezembro, com 31 dias por linha. Os registros incluem:

- Junho: D (Domingo) em 15, 22, 29 e X (Faltas) em 1, 8, 15, 22, 29.
- Julho: * (Faltas) em 1, 8, 15, 22, 29.
- Agosto: * (Faltas) em 1, 8, 15, 22, 29.
- Setembro: D (Domingo) em 1, 8, 15, 22, 29 e AP (Atividade Parcial) em 2, 9, 16, 23, 30.
- Outubro: AP (Atividade Parcial) em 1, 8, 15, 22, 29.

Na base do cartão, há campos para "OBSERVAÇÕES", "Salário" e "Pensão".

Cartão de Ponto de EBC.

À noite EBC cursava o ginásial (equivalente hoje ao ensino fundamental) na escola da Cruz Vermelha. Após as aulas voltava para a enfermaria pediátrica, onde dormia, e atendia as crianças neste período.

Em 14 de setembro EBC foi informada de que suas atividades não eram mais de interesse do Hospital e assinou documento de Aviso Prévio.

Após o ocorrido, EBC procurou a Justiça do Trabalho para requerer o recebimento de parcelas, depósitos do FGTS e custas do processo e recolhimento da Previdência Social. Para fins processuais foi necessário o recolhimento de provas, depoimentos e documentos. Na pasta encontram-se ficha de Registro de Empregados, Cartões de Ponto, Papéis da Justiça e do Acerto de Contas.

O Processo

A Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho marcou data da audiência e as testemunhas foram chamadas para relatar os fatos.

A própria interessada relatou sua versão dos acontecimentos. EBC narra que foi trabalhar no Hospital por convite da Irmã ASL e que estava sob sua responsabilidade, pois era menor de idade. Ficou trabalhando na Enfermaria Pediátrica. Enquanto lá trabalhava e residia, começou a estudar na Cruz Vermelha, para fazer o Ginásio, em companhia de uma religiosa. A Congregação religiosa pagou as mensalidades durante 3 meses e, posteriormente, elas foram pagas por seu irmão.

Depois de incluída na folha de pagamento do Hospital, EBC declarou que este dinheiro ficava em poder da Mãe, que também descontou despesas de ensino e costuras. Mesmo não recebendo nada de outubro de 1966 a fevereiro de 1968, EBC continuou sem receber o salário uma vez que a Mãe retinha todo seu pagamento. Além de controlar seu salário, a Mãe queria controlar também sua vida privada: não podia namorar e nem usar minissaia nas suas folgas. Veja depoimento de EBC:

Em julho começou a namorar o Enfermeiro IMC com o que não concordou a Irmã ASL falando que o mesmo não era um rapaz ideal, e recebi da Irmã ASL severas admoestações quando sem lhe comunicar saí a passeio à casa da minha tia EM à Rua L 364 em companhia do mesmo.

Várias vezes a Irmã ASL chamou-me a atenção sobre o uso de minissaia e continuou (sic) usando os vestidos da mesma forma que usava antes, pois não concordava em usá-los abaixo dos joelhos como a Irmã queria.

Informa que durante o período que trabalhou com a Irmã ASL o único atrito que lembra ter havido com ela foi o seu namoro com o Enfermeiro IMC.

Logo que terminou este namoro voltou a viver em paz com a Irmã.

Quanto a procedimentos de cuidados de enfermagem, EBC relata que ao chegar da aula, noturna:

Quando não estava na Enfermaria e principalmente no horário de 19 as 22 horas (período de aulas) e, ao chegar por várias vezes encontrei crianças sujase a esta hora ia dar banho nas mesmas e várias vezes encontrei crianças mortas, quando as arrumava e as levava para o necrotério.

Seu horário de serviço, portanto, ia além daquele que ela registrava nos cartões de ponto.

Seu depoimento prossegue afirmando que era funcionária exemplar e de confiança das Irmãs. Só ela dormia na Enfermaria, numa cama de criança – totalmente desconfortável e inadequada para ela. Assim EBC acabava exercendo vários papéis como de cuidar tanto dos enfermos como da Enfermaria no período noturno:

Acumulava na enfermaria as funções de servente e enfermeira, pois durante todo este tempo era eu quem ministrava os medicamentos à noite e não a enfermeira de plantão, porque a Irmã ASL não concordava que elas entrassem porque tinha medo que sumissem coisas da enfermaria tais como travesseiros, colchas, lençóis, etc.

Por ser de confiança, muitas vezes tinha de se calar frente os malfeitos das Irmãs. Assim, obedecia às ordens superiores mesmo diante de atitudes que não concordava:

Certa vez Dr. O, ao chegar na enfermaria, encontrou uma criança chorando e perguntou qual era o motivo, o que então lhe respondi que a Irmã

ASL colocou de castigo durante duas horas por ter jogado bola no corredor. Colocando ainda de castigo no dia seguinte uma outra criança durante uma hora por ter quebrado a tampa do filtro.

Essas afirmações são corroboradas pelo depoimento de várias outras testemunhas como podemos ver a seguir.

A funcionária DGB, confirma que a Irmã ASL também castigava as crianças enfermas:

esta batia nas crianças e colocava-as de castigo inclusive minha protegida RMM de 4 (quatro) anos de idade que foi espancada várias vezes porque fazia “XIXI” na cama.

O depoimento de JHC, outro funcionário do Hospital também vem confirmar o uso da violência contra as crianças internadas na enfermaria:

Informa ainda que a EBC guardava segredos das coisas que se passavam na Enfermaria e para provar isto, quando estava internado na Enfermaria de Crianças o meu sobrinho MH de seis (6) anos de idade, quando foi colocado de castigo pela Irmã ASL na Enfermaria de Homens onde a criança dormiu durante uma noite.

De outra feita ao chegar para assumir o serviço de manhã e ao me dirigir para a Enfermaria de Crianças para visitar o meu sobrinho, coisa que fazia sempre, notei marcas nos braços do menino. Dirigi-me à EBC e perguntei o que era aquilo; o que ela amedrontada me informou que a Irmã ASL tinha amarrado o meu sobrinho à noite.

Informa ainda que quando ele estava de castigo na Enfermaria de Homens deu sede e tomou água do esgoto, água esta proveniente do banho dos doentes da referida Enfermaria.

Diante de tais situações de violência e arbitrariedade, EBC:

Informa ainda que as vezes ficava sem saber o que fazer pois quando as crianças choravam muito a Irmã ASL lhe ministrava Amplictil e Luminaletas, chegando a dar as vezes 40 a 50 gotas de cada vez e me proibia falar com os internos ou os médicos que tinha dado esta medicação.

Amplictil é um medicamento neuropsiquiátrico do laboratório Sanofi, utilizado em Clínica Geral e Obstetrícia. Já o Luminaletas é do laboratório Bayer e seu uso terapêutico é recomendado em casos de epilepsias e convulsões agudas.

Apesar da proibição do uso da minissaia, EBC se via de “saia curta” para explicar o comportamento das crianças que haviam sido medicadas sem ordem médica:

Quando conduzia para a radioterapia as crianças sonolentas, Dr. PB indagou-me porque as crianças estavam daquele jeito, respondi que não sabia se a criança tinha tomado algum medicamento. Depois o Dr.P discutiu com a Irmã sobre o assunto quando ela informou ao mesmo que tinha dado ½ comprimido de Luminaletas.

Este conflito de poder não se verificava apenas entre Irmãs e funcionários, mas se estendia aos médicos e internos. Em situações diversas o jogo de poder era lembrado e reforçado:

Logo uma semana depois o doutorando O me chamou e entregou-me uma criança que tinha sido operada para que eu cuidasse dela, com o que não concordou a Irmã S, pois achava que ele deveria se dirigir a ela e não a mim, disse a Irmã na ocasião que ele se dirigiu a mim talvez por estar mais acostumado comigo, quando ela acrescentou que eu devia obedecer a ela e não a um “estudante qualquer”.

Fica evidente que havia duas hierarquias no Hospital, a das Irmãs e a dos Médicos. Quando EBC optou por obedecer a esta última, entrou no centro da disputa de poderes. E foi então que ela perdeu as graças da Irmã.

Para a Madre Superiora, que se denominava “diretora da Casa”, esta hierarquia não estava sendo respeitada:

Que há muito tempo a funcionária EBC, vinha tendo incompatibilidade com a Irmã S, encarregada que é da Enfermaria de Crianças, e essas incompatibilidades se traduzem por falta de obediência às ordens recebidas, ao mesmo tempo que, várias vezes respondeu de maneira áspera a referida Irmã, e desta partiam sempre reclamações.

A Madre Superiora mesmo sendo “diretora da Casa” estava subordinada ao médico, diretor da instituição. Seu poder se dava efetivamente sobre as outras irmãs. Sua autoridade não estava claramente estabelecida nem para os funcionários laicos nem para os internos e médicos.

De qualquer maneira, devido a desobediência, EBC foi punida ao ser enviada para trabalhar na Enfermaria Masculina de Segunda Classe. Quando EBC ficou sabendo que ia ser transferida:

Dia 14 ultimo estava dando café às crianças as 7 horas da manhã quando entrou na Enfermaria a Madre Superiora e me disse que não era mais funcionária da Enfermaria e que tinha sido transferida para exercer as funções lá, e entre elas lavar as privadas dos homens, respondi que iria, mas primeiro iria tomar café.

Neste momento entrou na Enfermaria o doutorando O e tomou conhecimento do caso e me mandou fazer uma injeção numa criança dizendo que eu permanecesse na Enfermaria até a chegada do Dr. PC.

O conflito narrado pela Madre Superiora é o que segue:

Inicialmente a EBC não me respondeu nada.

Encaminhou-se para a Segunda Classe e lá disse que precisava fazer uma injeção numa criança.

Passado algum tempo veio à minha presença para dizer que não queria trabalhar junto com os homens na Segunda Classe e que preferia ir embora.

Foi quando lhe disse que ela então deveria ir trabalhar na Lavanderia, o que de início nada respondeu, mas antes de se deslocar para o novo serviço procurou o interno doutorando O.

Nesse instante, chegou o interno O, na porta da Enfermaria e mandou que a enfermeira permanecesse lá dentro dizendo que ele é que mandava na referida Enfermaria e que a Irmã não deveria se meter no assunto.

Respondi que ele é que não deveria se meter nisso, pois o assunto era meu e a enfermeira aí permaneceu.

Saí, e ao passar pelo corredor encontrei o interno C, que passava naquele momento e o mesmo perguntou o que se passava com a menina, respondi ao mesmo que não interessava.

Ele perguntou porque esta perseguição se a mesma era boa funcionária.

Depois houve um “Bate boca” do doutorando C com a Irmã O, e disto nada me lembro.

Informa que a enfermeira quando ainda era funcionária da casa e sim ajudava na enfermaria de crianças, tinha o comportamento inteiramente diverso daquele que assumiu logo após ser incluída na folha de pagamento.

Tornou-se rebelde às admoestações feitas pelas irmãs, uma vez que essas tinham responsabilidade sobre a menina e, naturalmente ter de dar conta a seu pai. Quando ela disse que preferia ir embora, respondi que ela só iria com o pai.

EBC ainda era menor de acordo com o Código Civil (1916) e só se tornaria “dona do próprio nariz” ao completar 21 anos. Ou seja, para namorar ou usar minissaia ainda dependia da autorização dos responsáveis. A sua submissão às irmãs deveria ser incondicional. Obedecer aos médicos, pior ainda, aos internos, era coisa impensável.

Assim, a Madre Superiora continua seu depoimento listando as reclamações que tinha contra EBC:

Pedimos para não usar minissaia, o que ela nunca atendeu;

Quando do namoro com o enfermeiro do dia IMC, também não atendido, tomei conhecimento por intermédio da Irmã ASL que ela por algumas vezes se trancou dentro da sala de enfermagem com o referido enfermeiro.

E para denegrir mais ainda a imagem de EBC, em desacordo com outros depoimentos, a Madre Superiora completa:

A Irmã S várias vezes me informou que a enfermeira na presença dos internos tratava as crianças de uma maneira, a que na ausência maltratava-as, uma vez que a viu batendo em uma criança.

A irmã OC foi em defesa da Madre Superiora:

dizendo que ela não deveria ouvir desaforos dos internos. (...) Ela ouviu os internos dizerem à Madre que não se metessem nos assuntos da Enfermaria de Crianças.

EBC, continua seu depoimento:

Permaneci trabalhando na Enfermaria e estava fazendo um curativo quando fui chamada pela Irmã ASL que disse que se eu não fosse embora naquele momento que ela chamaria a Radiopatrulha e me mandou arrumar minhas coisas e que respondi que estava esperando o Dr. PC.

O funcionário JHC confirma este depoimento:

Assisti a Irmã A falar com a EBC que ia chamar a radiopatrulha para coloca-la para fora se ela não saísse do Hospital. Eu aconselhei a EBC dizendo que ela não saísse do Hospital e que só o fizesse quando chegassem a Casa o senhor PC ou Dr.C, que no momento são os diretores da casa.

A EBC é uma menina que como funcionária em todos os aspectos foi sempre dedicada e cumpria sempre com seus deveres e dedicação na Enfermaria de Crianças.

EBC continua sua narrativa demonstra que a partir do momento em que ela começou a obedecer aos médicos e questionar regras impostas pelas Irmãs, principalmente pela Irmã ASL, que era sua superiora direta, ela pode contar com o apoio de seus colegas de trabalho:

A Irmã ASL então pegou todos os meus pertences, chamou o JVM e o NAF e mandou que os mesmos os colocasse na rua o que eles não fizeram colocando-os na portaria.

Duas semanas antes do dia 14 a Madre me agarrou pelo avental e quis agredir-me alegando que como responsável que é por mim tinha também o direito de me bater, o que não fez.

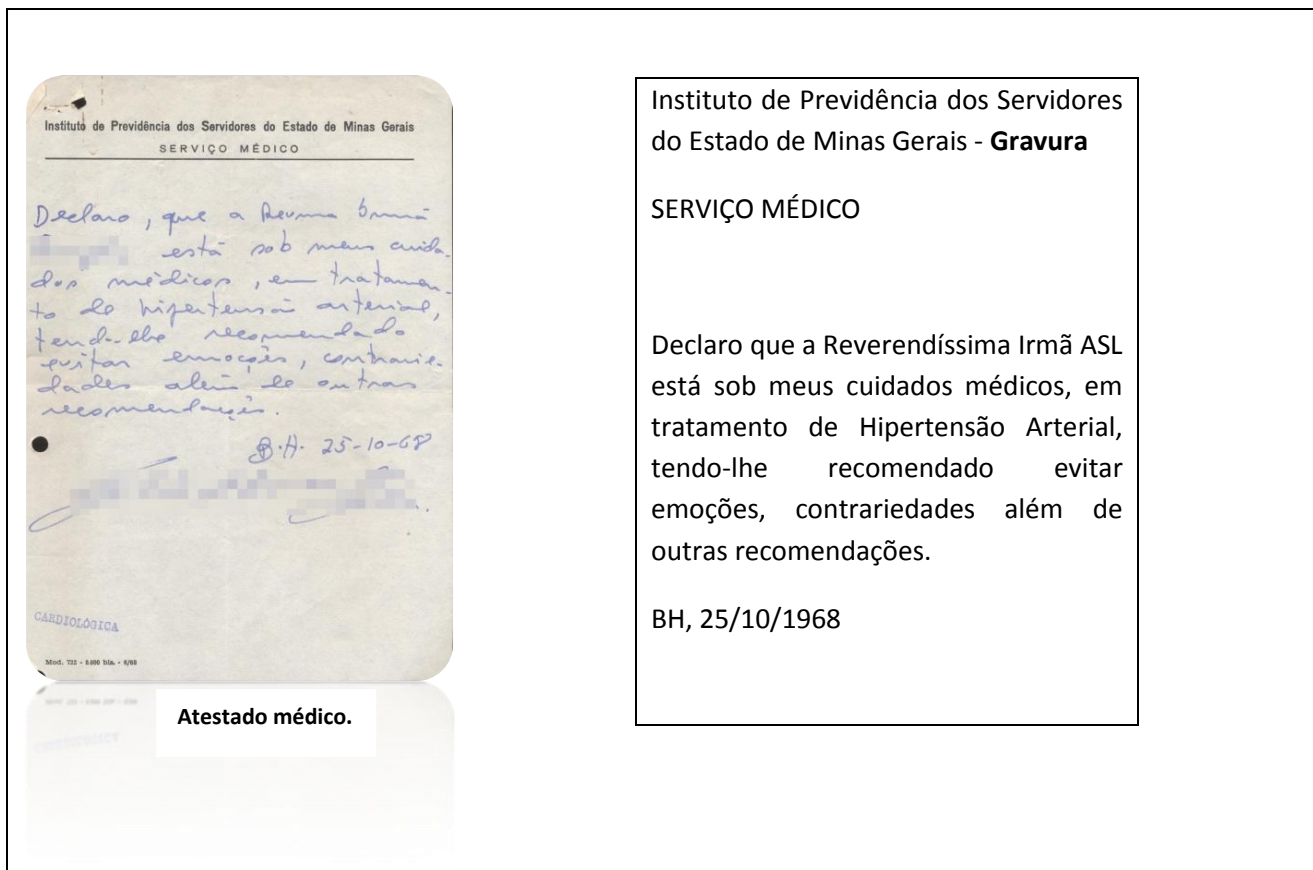
Como ainda permanecia na Enfermaria trabalhando, a Irmã ASL chamou a enfermeira GSM e pediu que me colocasse à força para fora o que a mesma recusou de fazer.

A funcionária DBG narra que Madre Superiora pegou a enfermeira EBC pelo avental “tentando arrastá-la para fora da enfermaria” e que a Madre ainda solicitou a intervenção de GSM para que colocasse EBC para fora do Hospital, mas GSM negou-se a obedecê-la.

GSM relata o acontecido:

Informa que a dirigir ao quarto para chamar um dos internos a fim de atender uma paciente, foi abordada no corredor pela Irmã ASL que disse o seguinte: “A senhora que é a tal, que é forte, arrasta a EBC e a coloque fora do Hospital junto com os seus pertences”. O que recusei alegando que tenho uma filha que não sei o que será do seu futuro; o que a Irmã ASL perguntou-me “Então a senhora não gosta das Irmãs”? O que lhe respondi; Das irmãs sim, eu gosto e ainda acrescentei: “A senhora colocou os objetos dela lá fora, então porque a senhora mesma não a pega e leve-a para fora”?

Observamos que na pasta deste processo administrativo não há testemunho dos médicos internos e dos diretores do Hospital. Também sentimos falta do depoimento da Irmã ASL, que não compareceu apresentando atestado médico.



Conclusão do Processo

EBC recebeu o aviso prévio de 30 dias a partir de 16/10/1968. No dia seguinte, EBC recebeu do Hospital as parcelas esperadas e as contas ficaram devidamente quitadas entre ela e o empregador. As Leis de Trabalho foram cumpridas, mas prevaleceu o preconceito – raça, gênero e religioso – e a vitória do mais forte.

Considerações

Este estudo de caso vem ilustrar não apenas o comportamento agressivo da luta de poder dentro de uma instituição hospitalar, representado pelas irmãs (religiosas) e as funcionárias e os médicos (laicos); bem como reforça, via trabalho a questão da especialização e reconhecimento profissional das enfermeiras.

Através dos séculos, irmãs de Caridade da Associação São Vicente prestavam serviços em hospitais, especialmente em setores como enfermarias, farmácia e economato.



Imagem de irmã Vicentina. Acervo Centro de Memória da Medicina.

No entanto, estava colocado no horizonte a modernização do serviço de enfermagem profissional que cada vez mais ameaçava o mundo das “enfermeiras religiosas”. Os hospitais estavam passando por um movimento de padronização do atendimento médico especializado e este processo culminou com a substituição das irmãs de caridade.

No século XX ocorre a transformação do hospital como espaço de caridade em local de cura, com uso da ciência e práticas comprovadas pela academia. Os hospitais modernos estavam cada vez mais envolvidos em políticas de saúde. Sua finalidade era a cura do paciente.

Nesse contexto, o exercício da enfermagem no Brasil foi regulamentado (Decreto nº 20.109 de 1931). A Escola de Enfermagem Anna Nery, desde então, é tida como padrão no preparo aos enfermeiros.

O processo de laicização no preparo dos enfermeiros também passou pela Cruz Vermelha Brasileira que surgiu em 1908 e tinha o objetivo de formar enfermeiras práticas para cuidados de feridos de guerra e treinar socorristas voluntárias para situações de emergência. A mesma situação se deu com a criação da Escola Carlos Chagas em 1933, Escola de Enfermagem Hugo Werneck em 1945 e a Wenceslau Braz em 1954, todas em Belo Horizonte. E, “na verdade, os médicos não queriam religiosas na prática da enfermagem, porque elas prestavam obediência a seus superiores hierárquicos, também religiosos” (MONTEIRO, 2009, p.49).

À época desse processo administrativo esse movimento de modernização e padronização dos hospitais estava a pleno vapor. Era natural que as irmãs de caridade enfermeiras se sentissem inseguras e tentassem, por todos os meios, perpetuar a sua posição, o pequeno poder adquirido durante os primeiros anos do século XX.

As Santas Casas e Hospitais da Misericórdia são instituições voltadas para a tradição católica da caridade. Já o Hospital Universitário em questão já nasceu moderno, especializado no tratamento científico.

Este hospital foi incorporado à Universidade pelo Decreto nº186 de 23/02/1967 com a finalidade de incrementar o ensino médico. Estava voltado às práticas de ensino, pesquisa e atendimento aos doentes.

Já as irmãs que serviam no Hospital eram Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo (NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999). As religiosas deveriam servir aos pobres com amor, em hospitais, escolas e a grupos marginalizados como órfãos, mulheres, idosos etc.

De fato, no Contrato da Faculdade com a Associação São Vicente de Paula em 1964, a cláusula 5ª diz o seguinte:

À Irmã Superiora incumbe: a) a fiscalização de tudo o que diz respeito à boa ordem, disciplina e moralidade que devem reinar no Hospital, cuidando a Administração de prestigiar sua autoridade: b) a organização e distribuição do pessoal de serviços de acordo com o Diretor Clínico. Ela deverá ser ouvida nos casos de escolha do pessoal auxiliar, tanto para admissão como afastamento ou transferência de serviço. (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO, Nº 16- grifo nosso).

Nas entrelinhas dos depoimentos podemos visualizar o comportamento da Madre Superiora. Ela impunha uma série de regras que não admitia serem contestadas. Os funcionários, os pacientes e até mesmo os médicos residentes tinham que ajustar sua conduta às suas concepções de mando, de hierarquia, ou então ficavam sujeitos a punições que chegavam até mesmo a agressões físicas.

Um comportamento extremamente conservador para um período que ficou conhecido por sua liberdade de expressão, contestação, busca de direitos, feminismo etc. Mas ainda vale dizer que o contexto brasileiro bebia muito do contexto internacional, e ainda era bastante específico em relação ao feminismo, a raça e ao social.

Na década de 1960 explodiram movimentos juvenis pela democracia e pela liberdade. A hipocrisia e falsidade dos discursos políticos foram denunciadas. Segundo Cid Veloso (2015, p.13-14):

Outros fatores explicam o movimento revolucionário que varreu o mundo nesse período: a repressão política, educacional e sexual – esta última refletindo um moralismo vitoriano hipócrita e castrador; o autoritarismo no seio da família, nas escolas, no Estado e nas empresas; a hierarquia formal – e não do mérito – e a burocracia irracional; a esclerose das instituições; o capitalismo selvagem e a industrialização desordenada; a destruição do meio ambiente; os preconceitos racial, sexual e socioeconômico; a educação alienante, excludente, acomodada, conformadora e submissa ao poder econômico; as escolas com ensino defasado, orientado por pedagogia arcaica, professores autoritários e estrutura administrativa fechada e vertical; a burocratização dos partidos políticos oficiais e, mesmo, dos partidos comunistas; e, finalmente, o encaminhamento fatalista da juventude para uma vida burguesa medíocre, reprimida e consumista.

O nosso pequeno estudo de caso retrata uma sociedade conservadora, hierárquica, racista e pretensamente paternalista que não consegue lidar com os novos valores que se expandem no mundo, e que, ao enfrentar contestações (minissaia, namoro) reage agressivamente.

Para além do processo de profissionalização em curso, as enfermeiras deveriam atender questões sociais, substituir irmãs de caridade, atender doentes mentais e servir ao corpo médico. EBC foi contratada como servente, mas de fato exercia atividades de auxiliar de enfermagem. Apesar disso, observamos no decorrer do Inquérito o surgimento de uma aliança entre médicos e enfermeiras, enquanto as irmãs eram relegadas ao segundo plano. E quem saía favorecido eram os pacientes.

Concluimos dizendo que esse estudo de caso específico retrata as contradições de uma sociedade em mudança onde os valores “conservadores” ainda ocupavam posição de poder e prestígio embora começassem a ser abalados pela minissaia e pelo namoro.

Bibliografia e Referências

ALEIXO, José Lucas Magalhães. **Destino áspero**: história em construção da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2001.208p.

ARBEX JR, José. *Guerra Fria*: terror de Estado, política e cultura. São Paulo: Moderna, 1997.224p.

ATAS DA CONGREGAÇÃO. Faculdade de Medicina da UFMG, nº 16, 02 de julho de 1964,p.37.

GONTIJO, Silvana. *A voz do povo*: o IBOPE do Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.257p.

MONTEIRO, Bernardo Assis. **Diretrizes e bases da educação nacional e escolas de enfermagem na década de 1960**: uma visão histórica. São Paulo: Universidade de São Paulo; Escola de Enfermagem, 2009.116p.

NASCIMENTO, Estelina Souto; SANTOS, Geralda Fortina; CALDEIRA, Valda da Penha. **Criação, cotidiano e trajetória da Escola de Enfermagem da UFMG**: um mergulho no passado. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem da UFMG, 1999. 220p.

SANGLARD, Gisele. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. **Revista Esboços**, nº16, 2006, pp 11-31. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/119/166>. Acesso em :14/04/2016.

SILVA, Camila Pureza Guimarães da. Irmãs de caridade da Associação São Vicente de Paulo na Chefia do Serviço de Enfermagem do Hospital do IAPETC na década de 50 do século XX.**Departamento de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem Anna Nery / UFRJ**; 17º Pesquisando em Enfermagem; 13ª Jornada Nacional de História da Enfermagem; 10º Encontro Nacional de Fundamentos do Cuidado de Enfermagem, 2010.Disponívelem : <<http://www.pesquisando.eean.ufrj.br/viewpaper.php?id=796&print=1&cf=4>>. Acesso em 18/04/2016.

VELLOSO, Cid. *Anos 60*: os movimentos que mudaram o mundo. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2015.124p.